



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Zambenedetti, Gustavo; Neves da Silva, Rosane Azevedo
CARTOGRAFIA E GENEALOGIA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS PARA A PESQUISA EM
PSICOLOGIA SOCIAL
Psicologia & Sociedade, vol. 23, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011, pp. 454-463
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326607002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CARTOGRAFIA E GENEALOGIA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS PARA A PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL

CARTOGRAPHY AND GENEALOGY: POSSIBLE APPROXIMATIONS FOR RESEARCH IN SOCIAL PSYCHOLOGY

Gustavo Zambenedetti e Rosane Azevedo Neves da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

RESUMO

Nosso objetivo é discutir possíveis aproximações entre duas abordagens que têm fundamentado análises referentes aos modos de subjetivação: a genealogia e a cartografia. Destacamos as estratégias de problematização presentes em cada abordagem, enfatizando as noções de gênese, descontinuidade e defasagem presentes na primeira, assim como a noção de rizoma presente na segunda. A aproximação proposta baseia-se na discussão da noção de tempo. O ponto nodal refere-se à compreensão de que ambas as abordagens não buscam na história ou no presente a efetuação do acontecimento em estados de coisas, mas sim, buscam dar visibilidade às forças, suas virtualidades, possibilidades de criação e riscos de captura. Apresentamos exemplos de como essas estratégias metodológicas operaram em uma pesquisa que procedeu a uma análise das configurações de rede no campo da saúde mental. A discussão proposta fornece subsídios para a criação de novas possibilidades de produção de conhecimento em Psicologia Social.

Palavras-chave: produção de conhecimento; genealogia; cartografia; psicologia social; saúde mental.

ABSTRACT

Our goal is to discuss possible approximations between two approaches that have been basing analysis regarding the modes of subjectivity: the genealogy and cartography. We highlight the strategies of problematization present in each approach, emphasizing the notions of genesis, discontinuity and discrepancy at the first lag, as well as the notion of rhizome in the second. The proposed approximation is based on the discussion of time's concept. The nodal point refers to the understanding that both approaches do not seek in history, or in present time, the effectuation of the states of affairs, but rather seek to underline the strengths, its potential, creative possibilities and risks of capture. We present examples of how these methodological strategies have operated in a research that preceded an analysis of net configurations in the mental health field. The proposed discussion provides grants for the creation of new possibilities of knowledge production in Social Psychology.

Keywords: knowledge production; genealogy; cartography; social psychology; mental health.

O objetivo deste trabalho é tecer uma discussão sobre as possíveis aproximações entre duas abordagens que têm fundamentado diferentes estudos no campo da Psicologia Social referentes às análises dos modos de subjetivação: a genealogia e a cartografia. Propostas respectivamente por Michel Foucault e Gilles Deleuze e Félix Guattari, estas abordagens têm sido desenvolvidas com a finalidade de dar suporte a novos modos de fazer pesquisa em Psicologia e em outros campos do saber.

Ao forjar estas abordagens, a preocupação de tais autores foi a de criar ferramentas de análise e problematização, sem a intenção de erigi-las em modelos baseados em regras e procedimentos pré-definidos, capazes de serem aplicados, replicados e generalizados. A possibilidade de experimentação do acoplamento cartografia-

-genealogia é, portanto, aberta pelos próprios autores na medida em que não tiveram a intenção de propô-las enquanto métodos cristalizados. Foucault afirmou:

... não tenho um método que se aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim, no exato momento em que faço minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método ... Não tenho teoria geral e tampouco tenho um instrumento certo. Eu tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos. (Foucault, 2003, p. 229)

Da mesma forma, Deleuze e Guattari (1992) em *O que é a filosofia?* discutem a ideia de uma obra aber-

ta – seja um quadro, um livro ou um texto – na qual o campo de possibilidades é colocado pela relação que a obra estabelece com o público ou com o leitor, pelas diversas conexões que podem ser aí estabelecidas.

Vários pesquisadores têm partido dessa compreensão para problematizar o método da cartografia e da genealogia. Na introdução do livro *Pistas do método da cartografia*, Passos, Kastrup e Escócia (2009) propõem uma reversão da palavra metodologia, transformando-a de metá-hódos para hódos-metá. Isso implica tomar o método não como um caminho (Hódos) pré-determinado e aplicado pelas metas dadas de antemão, mas sim como uma aposta na experimentação do pensamento, onde o rigor está mais relacionado com a análise de implicação Larrosa (1994, citado por Veiga-Neto, 2003, p. 20) considera que o método deve ser entendido como “uma certa forma de interrogação e um conjunto de estratégias analíticas de descrição”. Aragão, Barros e Oliveira (2005) também propõem pensar o método não como uma descrição formal dos procedimentos, mas como uma indicação da leitura operacional e do quadro teórico utilizado pelo pesquisador, do modo como o trabalho se relaciona com uma determinada questão ética.

Vemos, portanto, que a discussão sobre a aproximação e a complementaridade entre a genealogia e a cartografia, enquanto estratégias de produção de conhecimento que visam à ressignificação dos modos de fazer pesquisa, segue em aberto. Esta abertura à experimentação é constitutiva das questões epistemológicas, éticas e políticas que fundamentam ambas as abordagens.

A discussão proposta neste artigo surgiu como desdobramento de uma pesquisa que teve como objetivo problematizar as configurações da noção de rede no campo da saúde mental e saúde pública a partir da análise dos relatórios finais das Conferências Nacionais de Saúde e Saúde Mental (Zambenedetti, 2008; Zambenedetti & Silva, 2008).

Durante a realização da pesquisa nos deparamos com questões que suscitaram a necessidade de trabalhar melhor a compreensão da genealogia e da cartografia, sobretudo no que se refere à concepção de tempo que as atravessa e que engendrava, também, o próprio movimento de constituição do campo investigado – a análise das Conferências – sem reduzi-lo a uma mera descrição cronológica.

A proposta de aproximação entre essas abordagens não designa a intenção de homogeneizá-las, mas sim de torná-las complementares, possibilitando o exercício da problematização a partir de diferentes pontos de entrada.

Faremos uma breve apresentação destas duas abordagens, ressaltando a noção de gênese, descontinuidade e defasagem presente na genealogia, assim

com a noção de rizoma presente na cartografia. Em seguida, propomos uma discussão sobre a noção de tempo, extraindo elementos de aproximação entre as duas abordagens e apontando algumas contribuições para o campo das estratégias de investigação em Psicologia Social.

A abordagem genealógica

Desenvolvida por Michel Foucault (1979, 2004), uma das principais contribuições desta abordagem é sua estratégia de problematização das linhas de força envolvidas na constituição de um determinado objeto. Esta problematização consiste na desconstrução ou desnaturalização das formas cristalizadas e instituídas, apontando para o caráter contingente que marca a constituição das mesmas, mostrando-as como frutos de uma historicidade e de determinadas condições de possibilidade. No entanto, é preciso entender a singularidade da abordagem histórica neste exercício de desconstrução. Segundo Revel (2004), Foucault utilizou-se da noção de problematização para distinguir radicalmente a história do pensamento da história das ideias e da história das mentalidades.

Enquanto a história das ideias se interessa pela análise dos sistemas de representação que subjazem, ao mesmo tempo, aos discursos e aos comportamentos e que a história das mentalidades se interessa pela análise das atitudes e dos esquemas de comportamento, a história do pensamento se interessa pela maneira com que se constituem problemas para o pensamento e pelas estratégias que são desenvolvidas para lhes dar resposta. (Revel, 2004, pp. 81-82).

A genealogia busca, portanto, desnaturalizar os objetos e mostrar como os mesmos são historicamente constituídos. Segundo Veyne (1982, p.172), “não há, através do tempo, evolução ou modificação de um mesmo objeto que brotasse sempre de um mesmo lugar”.

Para Machado (1979), a genealogia não se interessa apenas por entender como os saberes se transformam ao longo do tempo, mas também por que essas transformações ocorrem, evidenciando as relações de poder subjacentes à produção do saber. A perspectiva histórica trabalhada pela genealogia leva em consideração duas importantes ferramentas conceituais: a noção de gênese e de descontinuidade. Pensar a gênese é diferente de pensar o início, o começo. A gênese diz respeito às condições de possibilidade de emergência, considerando a existência de um campo de forças, de disputa. Para pensar o conceito de gênese, Foucault (1979) ressalta a diferença entre o que seria uma pesquisa de origem (Ursprung) e uma pesquisa da proveniência (Herkunft) ou da emergência (Entstehung). A pesquisa de origem

busca na história a origem ou aparecimento de um determinado objeto, remetendo sua identidade ao seu ponto de surgimento ou até mesmo à pessoa que o criou. Já a análise da proveniência busca não uma identidade ou unidade, mas as marcas sutis, múltiplas e dispersas que remetem à construção do objeto. A pesquisa da emergência também se distancia da pesquisa de origem ao enfatizar as forças presentes em determinado contexto e o modo como elas atuam na produção de um determinado objeto. Como afirma Silva (2005), a gênese entendida como análise da emergência "possibilita desconstruir a naturalização de determinados conceitos, fazendo aparecer as condições que os tornam possíveis e, consequentemente, os problemas aos quais eles tentam responder" (p. 102). Portanto, o conceito de gênese proposto pela abordagem genealógica aproxima-se do sentido atribuído à análise da proveniência e à análise da emergência. Partindo dessa compreensão, a nossa pesquisa sobre as configurações de rede no campo da saúde mental (Zambenedetti, 2008; Zambenedetti & Silva, 2008) não buscou o ponto inicial ou germinativo da rede de saúde mental, mas sim os diferentes modos de configuração da rede que emergiram como respostas as questões colocadas em contextos específicos.

Já a descontinuidade diz respeito ao modo de constituição da história. Na perspectiva genealógica a história não é constituída por uma sucessão de fatos cronológicos, que denotam progresso ou linearidade. A história é marcada por descontinuidades, caracterizadas por mudanças e transformações dos saberes e das práticas ali articulados. Em *História da loucura* (Foucault, 2002), por exemplo, desenvolve-se a ideia da existência de uma descontinuidade histórica em relação à loucura no momento em que ela é reduzida e personificada na figura do 'louco'; este passa a ser internado (prática institucional), criando-se as condições para que um saber médico psiquiátrico seja articulado à prática institucional, legitimando-a. Trata-se de uma passagem que expressa uma nova experiência em relação à loucura, operando assim uma descontinuidade histórica. A noção de descontinuidade também atravessa a obra *Vigiar e Punir* (Foucault, 2004), onde o autor desenvolve a ideia de emergência de uma sociedade disciplinar: a descontinuidade ocorre entre uma sociedade de soberania, caracterizada pela gestão da morte, e uma sociedade disciplinar, caracterizada pela gestão da vida, através de técnicas disciplinares e pela criação de determinados espaços de confinamento (prisões, manicômios, conventos, escolas).

É importante fazer uma ressalva sobre a noção de descontinuidade. A descontinuidade não implica uma ruptura total ou a substituição de um estado por outro. Foucault (2004) aponta que muito antes da emergên-

cia do que ele denominou de sociedade disciplinar já existiam características da disciplina disseminadas em conventos, exércitos e nas oficinas. A diferença é que na passagem dos séculos XVII e XVIII as disciplinas se tornaram fórmulas gerais de dominação, não mais restritas a alguns espaços, mas sim disseminadas por todo o conjunto da sociedade. Portanto, a emergência de uma nova sensibilidade e de uma nova configuração das relações de saber-poder não implica a extinção de outras, mas uma inversão de forças, sendo a descontinuidade a sua expressão. Em nossa pesquisa sobre as configurações de rede no campo da saúde mental identificamos uma descontinuidade teórica e epistemológica na passagem da proposição das redes complementares (onde a figura do hospital psiquiátrico, assim como a lógica hospitalocêntrica tendia a ser mantida) para as redes de cuidados substitutivos (onde se propõe a substituição da estrutura hospitalar por uma rede complexa, multidimensional, propulsora de novas relações e práticas de cuidado).

Outra importante noção a ser considerada é a de defasagem. Apesar de ser pouco desenvolvida conceitualmente, ela é apontada por Foucault em *História da Loucura* (Foucault, 2002). Ao analisar algumas mudanças ocorridas no plano do saber sobre a loucura na Idade Média e na Era Clássica, o autor aponta que nem sempre a mudança no plano do saber é acompanhada por uma mudança nas práticas institucionais. Nesse sentido, entendemos que a defasagem refere-se a um descompasso entre o que é formulado no plano do saber e o que é realizado no âmbito das práticas institucionais. Deleuze (1988), ao fazer uma leitura sobre as concepções de visível e enunciável em Foucault, aponta que não existe uma homologia ou isomorfismos entre constituição de saber e práticas institucionais (ou seja, uma não é o contraponto da outra); o que ocorre é a insinuação de uma sobre a outra. Consideramos que a defasagem ocorre quando a insinuação do saber tem pouco efeito sobre as práticas institucionais e vice-versa. Em nossa pesquisa sobre as configurações de rede identificamos diferentes graus de defasagem em relação à proposição de políticas públicas de constituição de redes e o modo como as mesmas se efetivaram em práticas institucionais. Um exemplo relaciona-se com as políticas de desospitalização da década de 1980, onde houve um incremento na instalação da chamada rede de serviços complementares ao hospital psiquiátrico, visando à diminuição do fluxo de internações do público caracterizado pela presença de sofrimento psíquico grave. Porém, ao invés de evitar novas internações desse público, houve um movimento de captação de uma nova clientela (caracterizada pelo público "neurótico"), sendo que o público para o qual fora destinada a política continuou tendo como destino o hospital psiquiátrico. A partir desse contexto houve

uma re-discussão dos rumos da reforma psiquiátrica, surgindo novas propostas de configuração de rede a partir dos anos 1990.

As noções de gênese, descontinuidade e defasagem, presentes na perspectiva genealógica, são ferramentas conceituais importantes na análise de um determinado diagrama de forças, uma vez que possibilitam entender como estas forças se agenciam na constituição de uma forma específica.

A abordagem cartográfica

A cartografia constitui-se em um conceito e um modo de operar formulado por Deleuze e Guattari (1995) e posteriormente proposta como uma arte de produzir conhecimento (Fonseca & Kirst, 2003), uma estratégia de produção do conhecimento (Silva, 2005) ou explicitamente como um método de pesquisa-intervenção, utilizado em pesquisas de campo relacionadas aos estudos da subjetividade (Kastrup, 2007, 2008; Passos, Kastrup, & Escócia, 2009; Romagnoli, 2009). Apesar das diferentes designações, há em comum entre esses autores a ideia de que a cartografia emerge como um novo modo de produzir conhecimento, fundamentado numa crítica ao modo tradicional de conceber as pesquisas no campo da Psicologia¹.

Na introdução de *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia* (Deleuze & Guattari, 1995), a cartografia aparece como um dos princípios do rizoma. Ao contrário da árvore que busca a raiz e a origem, o rizoma ramifica-se em múltiplas direções e cresce de acordo com as conexões que se realizam, ligando um ponto qualquer a outro ponto qualquer. O rizoma caracteriza-se, portanto, por uma rede não hierárquica que não tem começo nem fim e que pode “derivar infinitamente, estabelecendo conexões transversais sem que se possa centrá-lo ou cercá-lo” (Guattari & Rolnik, 1986, p. 322). O rizoma encontra-se sempre no meio, entre as coisas, produzindo novos e múltiplos agenciamentos.

A cartografia, enquanto um dos princípios deste campo de multiplicidades e de variação contínua que caracteriza o rizoma, é tomada como um mapa em constante processo de produção, instaurando um processo de experimentação contínua capaz de criar novas coordenadas de leitura da realidade, criando uma ruptura permanente dos equilíbrios estabelecidos. Com este procedimento cartográfico colocam-se em questão as hierarquias e fronteiras que dividem os campos de conhecimento e propõe-se uma recriação permanente do campo investigado.

Segundo Deleuze e Guattari (1995), fazer o mapa (cartografar) é diferente de fazer o decalque. O mapa está voltado para uma experimentação, tendo como características a abertura e a conectividade, sendo sus-

cetível de receber modificações constantemente – diferentemente do decalque, que volta sempre ‘ao mesmo’.

Portanto, devemos pensar o mapa não apenas pelo seu desenho final (o produto), mas pelo movimento realizado para a constituição de seu traçado (processo), aproximando a função do cartógrafo da função do pesquisador. Cabe ressaltar que “o método cartográfico não equivale a um conjunto de regras prontas para serem aplicadas, mas exige uma construção *ad hoc*, que requer a habitação do território investigado e a implicação do pesquisador no trabalho de campo” (Kastrup, 2008, p. 466). Apesar de não haver regras constituídas de antemão, Passos, Kastrup e Escócia (2009) propõem pistas para auxiliar o cartógrafo a percorrer o território de pesquisa. Diferentemente de um princípio ou de um fundamento, que tentam dar garantias definitivas para o trabalho de análise, as pistas “são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa – o *hódo-metá* da pesquisa” (Passos, Kastrup, & Escócia, 2009, p. 13). Uma das pistas apresentadas consiste na ideia de que cartografar é acompanhar um processo, e não representar um objeto. Representar implica tomar algo em sua forma instituída; já cartografar implica tomar algo em seu processo de produção e transformação. Nesse sentido, temos uma aproximação entre as abordagens cartográfica e genealógica, já que ambas se interessam em constituir um diagrama de forças, buscando entender como estas se agenciam na constituição de uma determinada forma.

Consideramos que uma das maiores contribuições da cartografia é a problematização da posição do pesquisador e do ato de pesquisar, onde a pesquisa é tomada como um campo de experimentação, atravessado pelo regime da sensibilidade. Não existe um campo constituído a priori e um pesquisador neutro em relação a ele, operando uma “coleta de dados” - como se os dados estivessem prontos, esperando o momento ‘certo’ para serem coletados. A coleta de dados só pode ser operada no encontro entre o pesquisador, suas ferramentas conceituais e o campo, encontro esse que pode modificar tanto o pesquisador quanto apontar os caminhos possíveis para a constituição de um campo. Nesse sentido, Kastrup (2007) afirma que a cartografia procede a uma ‘produção de dados’, remetendo ao caráter construtivista da pesquisa. Além disso, consideramos que no início de uma pesquisa constituímos ‘pontos de entrada’ para o campo, sendo o seu percurso delineado ao longo da pesquisa, no encontro do pesquisador-cartógrafo. A pesquisa passa a operar, assim, tal qual um rizoma: com múltiplas possibilidades de entrada/passagem/saída.

Em nossa pesquisa sobre as redes de saúde mental, a perspectiva cartográfica constituiu-se tanto em

um operador metodológico - nos auxiliando a pensar o percurso de pesquisa, a constituição do campo e a conceber as redes como objetos produzidos (e não objetos dados) - quanto operou conceitualmente, possibilitando pensar uma rede de saúde mental em novas perspectivas. Enquanto o viés administrativo, perpassado pela teoria geral dos sistemas e por concepções biomédicas de saúde tende a conceber a rede como um conjunto de pontos fixos que estabelecem conexões dadas de antemão, de uma forma racional, a perspectiva rizomática possibilita a compreensão da rede como potência de conectividade, respondendo a problemas singulares.

Se o rizoma pode ser tomado como um operador da cartografia, remetendo à ideia de conectividade, multiplicidade e heterogeneidade dos processos, na genealogia é a noção de descontinuidade que cumpre esta função rizomática ao desnaturalizar as evidências, permitindo traçar o plano de onde brotam determinados objetos, apontando para a dispersão e para as múltiplas "práticas vizinhas" que engendram a produção de tais objetos.

A concepção de tempo e sua implicação metodológica nas abordagens cartográfica e genealógica

Ao enfatizarmos a aproximação entre ambas as abordagens, não pretendemos tomá-las como sinônimos. Em alguns pontos de sua obra, Deleuze pontua a existência de uma diferença de método entre seu trabalho com Guattari e o trabalho de Foucault (Deleuze, 1992, 1996). Em um escrito (constituído por um conjunto de notas) enviado à Foucault, Deleuze (1996) busca abrir um canal de diálogo sobre a existência de algumas diferenças no tocante as concepções de prazer e desejo, linhas de fuga e resistência ao poder, entre outros pontos – carta esta que não chega a ser respondida por Foucault. Porém, em diferentes pontos de sua obra, Deleuze também enfatiza a existência de pontos de convergência e aproximação com Foucault.

Não possuíamos o gosto pelas abstrações, o uno, o todo, a razão, o sujeito. Nossa tarefa era analisar estados mistos, agenciamentos, aquilo que Foucault chamava de dispositivos. Era preciso não remontar aos pontos, mas seguir e desemaranhar as linhas: uma cartografia que implicava numa microanálise (o que Foucault chamava de microfísica do poder e Guattari, micropolítica do desejo) (Deleuze, 1992, pp. 108-109)

Tomamos essa ideia de aproximação e complementaridade para desenvolver contribuições para a pesquisa no campo da psicologia social. Em especial, consideramos a problematização da concepção de tempo como um ponto nodal de aproximação entre a genealogia e a cartografia. Compreender a concepção de tempo

nos auxilia a entender, por exemplo, o motivo pelo qual Deleuze (1988) nomeia Foucault como um cartógrafo (e não um historiador), ao analisar *Vigiar e Punir*.

Como ponto de entrada para esta discussão sobre a concepção de tempo, buscaremos entender o sentido da história e, em seguida, do presente, na genealogia e na cartografia.

A história, na genealogia, distingue-se da abordagem histórica tradicional, fortemente marcada pela tradição iluminista e romântica. Na perspectiva iluminista a concepção de tempo pressupõe um continuum passado/presente/futuro, passível de hierarquização e classificação. O passado é associado à ideia de retrocesso, enquanto presente e futuro designam progresso. É nesta perspectiva, por exemplo, que a Idade Média foi classificada como a idade das trevas, em contraposição a idade das luzes, segundo um princípio de ascensão à racionalidade. Dentro desta perspectiva, as sociedades também são hierarquizadas, tomando como modelo universal a sociedade europeia (Oliveira, 2005). Este "modelo de tempo", organizado a partir do iluminismo do século XVIII, está ainda presente em nossa cultura, determinando o modo de olhar e constituir a história. Coimbra, Lobo e Nascimento (2008) caracterizam esse olhar como um "etnocentrismo histórico", a partir do qual "o nosso presente no mundo ocidental – a partir de certos parâmetros valorativos – julga, hierarquizando, as diferentes histórias dos povos, inclusive a nossa própria história" (p. 90).

Diferenciando-se da tradição iluminista, a perspectiva romântica do tempo questiona o princípio de universalidade, inserindo a ideia de que cada povo tem uma especificidade cultural e histórica. O estudo do passado, ao invés de valorar e hierarquizar, é retomado em uma nova perspectiva, baseada na busca das origens: "o passado, outrora visto pelos racionalistas como insígnia do retrocesso, era agora romantizado e compreendido como o ponto de partida de todas as coisas, onde todas essas coisas guardam sua verdadeira essência" (Oliveira, 2005, p. 133)

Apesar de o romantismo contestar a universalidade histórica e enfatizar o sentido próprio e singular de cada sociedade, permanece afirmando a noção de um sujeito transcendental e essencializado que teve uma origem e foi se modificando – como uma semente que é colocada na terra, germina e se transforma em uma árvore.

A concepção genealógica busca diferenciar-se destas duas perspectivas: questiona a ideia de universalidade da primeira e a ideia de origem e essência da segunda. Como contraponto, concebe as noções de gênese, continuidade e descontinuidade – analisadas anteriormente neste texto – tendo implicações metodológicas na medida em que determinam o modo de conceber os problemas e objetos de pesquisa, assim como suas formas

de abordagem. Ao invés de conceber os objetos como dados, a genealogia busca criar o diagrama de forças no qual tal objeto emerge como efeito de determinadas práticas de saber-poder. Ao invés de uma perspectiva universalista, ou de uma história contada pela versão dos vencedores, a genealogia constitui a história a partir de diferentes perspectivas, situadas, dando visibilidade a diferentes vozes. Dessa maneira, busca-se fazer com a história uma outra coisa: ao invés de aprisioná-la, fazer emergir o devir e a diferença na história. Se a pesquisa histórica tradicional busca fatos que estariam supostamente à espera de serem coletados, à mercê da melhor ferramenta para tal empreendimento, a genealogia busca deslocar a história dessa suposta verdade cristalizada (em um sentido totalizante), interrogando-a, situando-a em relação a um conjunto de práticas.

É neste ponto que se dá a aproximação e complementaridade entre as abordagens genealógica e cartográfica, pois, assim como Foucault, Deleuze critica a abordagem histórica tradicional.

O ponto central da crítica de Deleuze à história consiste no aprisionamento que a mesma efetua. “O que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisas, mas o acontecimento em seu devir escapa à história” (Deleuze, 1992, p. 210). Deleuze (1992) lembra que, segundo Péguy, haveria duas maneiras de conceber o acontecimento na história. Uma consistiria em recolher sua efetuação, seu condicionamento e apodrecimento na história – o fato histórico enquanto algo dado. A outra consistiria em “remontar o acontecimento, em instalar-se nele como num devir, em nele rejuvenescer e envelhecer a um só tempo, em passar por todos os seus componentes ou singularidades” (Deleuze, 1992, p. 211), remetendo a uma nova concepção de tempo e, por consequência, de abordagem da história.

Deleuze (1998a) funda uma concepção paradoxal do tempo, onde o paradoxo é afirmado, e não tomado como um problema a ser resolvido ou como uma contradição. Segundo o autor, o bom senso é a afirmação de um sentido único e determinável, enquanto o paradoxo é a afirmação de dois sentidos ao mesmo tempo. O paradoxo é tanto o que destrói o bom senso quanto também o que destrói o senso-comum como designação de identidades fixas. Nesta concepção paradoxal do tempo, Deleuze (1998a) inspira-se nos estoicos para propor duas dimensões do tempo: *Cronos* e *Aion*. O primeiro, *Cronos*, designa o tempo da efetuação, da incorporação do acontecimento em um estado de coisas, definido, ativo ou passivo, que mede o movimento dos corpos e da matéria. Trata-se da dimensão de visibilidade e expressão de um determinado fenômeno. Caracteriza-se pelo domínio do presente: o passado é o presente que já passou e o futuro um presente por vir. Já *Aion* é o tempo dos acontecimentos-efeitos, eternamente

infinitivo, incorporeal, independente de toda matéria ou forma. É o tempo do devir, daquilo que permanece incontornável. Um exemplo, extraído de Deleuze, pode nos auxiliar na compreensão dessa concepção paradoxal de tempo, que suporta ao mesmo tempo a sucessividade e a simultaneidade. Em *Conversações*, Deleuze (1992) se refere à leitura de Primo Levi sobre o nazismo, onde ele explica que “os campos nazistas introduziram em nós a vergonha de ser um homem” (p. 213). Mais adiante Deleuze continua:

A vergonha é não termos nenhum meio seguro para preservar, e principalmente para alçar os devires, inclusive em nós mesmos. Como um grupo se transformará, como recairá na história, eis o que nos impõe um perpétuo “cuidado”. Já não dispomos da imagem de um proletário a quem bastaria tomar consciência. (1992, p. 213)

Nesse exemplo, o que Deleuze extrai da história não se resume ao nazismo enquanto fato dado, efetuação (*Cronos*), mas sim tudo o que escapa à história (*Aion*), podendo tanto dissuadir como revigorar o nazismo enquanto uma forma de investimento social.

Esse é o que consideramos o ponto nodal de aproximação e complementaridade da leitura deleuzeana e foucaultiana sobre a noção de tempo e sua implicação metodológica: mais do que retirar da história a efetuação do acontecimento em estados de coisas, trata-se de dar visibilidade às forças, suas virtualidades, riscos e possibilidades de criação. Mais do que situar o nazismo ou o fascismo e restringi-los a um grupo de pessoas e/ou período histórico, trata-se de pensar o fascismo em nós e em nossa sociedade hoje, em cada filigrana do tecido social². Mais do que restringir o manicômio a um espaço, lugar e momento da história, trata-se de pensar sobre os desejos de manicômio³ e os manicômios mentais⁴. Trata-se de retirar da história aquilo que deve permanecer nos interrogando, constituindo uma dimensão de simultaneidade (o que do nazismo ainda nos interroga) e não apenas de sucessividade (o nazismo como algo localizável e estanque no tempo, com o qual não temos mais relação). Somente assim poderemos buscar estratégias de diferenciação, resistência e constituição de linhas de fuga.

Neste exercício de buscar na história aquilo que deve permanecer nos interrogando, devemos ter clareza que isso não implica tomar a história como modelo – algo que devemos necessariamente fugir ou repetir. Em uma de suas últimas entrevistas, Foucault (2006) afirma que, ao estudar a ética grega, não teve a intenção de afirmar que esquecemos de algo que deveríamos recuperar. Não se trata de dizer que deveríamos ser como eram os gregos.

Nada é mais estranho para mim do que a ideia de que a filosofia se desviou em um dado momento e esqueceu alguma coisa e que existe em algum lugar de sua his-

tória um princípio, um fundamento que seria preciso redescobrir. (Foucault, 2006, p. 280)

Ao mesmo tempo, isso não significa que algo não se possa produzir a partir disso, "mas seria preciso então enfatizar que essa coisa é nova" (Foucault, 2006, p. 280)

Em nossa pesquisa sobre as configurações de rede no campo da saúde mental procuramos nos colocar na posição de "perpétuo cuidado" apontada por Deleuze, evidenciando a rede não apenas como solução para os problemas colocados no campo da Reforma Psiquiátrica, mas problematizando também os riscos e os efeitos dos diferentes modos de agenciamento das redes de saúde mental. Justamente por não ter uma essência é que uma rede de saúde mental pode assumir diferentes configurações, conforme o agenciamento social efetivado. As redes, muitas vezes defendidas no âmbito das políticas públicas como se fossem "boas em si", podem também assumir configurações manicomiais a partir de um determinado conjunto de práticas. Podemos exemplificar através da análise, realizada em nossa pesquisa, da VIII Conferência Nacional de Saúde (1980), onde observamos a emergência da proposição de uma atenção em saúde mental em uma rede com diferentes níveis de atenção, com o propósito de aumentar o acesso da população à assistência em saúde mental, assim como criar outras possibilidades de assistência que não apenas aquela prestada nos manicômios. Porém, nesta mesma proposta há um discurso eugênico que previa ações na atenção básica como "eletroconvulsoterapia" e "prescrição de não procriação da população esquizofrênica", além de orientação aos familiares de esquizofrênicos sobre o "caráter heredofamiliar da doença". Ou seja, não é a proposta de uma rede assistencial em si que irá garantir a efetivação de novas práticas, podendo esta mesma rede reproduzir/expandir um modelo manicomial. No decorrer da análise das diversas Conferências de Saúde e Saúde Mental, percebemos que não existe "a" ou "uma" rede de saúde mental – que teria aparecido e se desenvolvido gradualmente – mas sim, modos de configurar as redes no campo da saúde mental. A ideia de configuração busca eliminar qualquer resquício de uma perspectiva essencialista em relação à rede, visando ressaltar o modo como determinadas práticas se articulam em dado momento, tendo como efeito um modo de configurar a rede.

Essa constitui, do ponto de vista metodológico, uma diferença substancial no modo de operar da genealogia e da cartografia, dado que ambas não concebem a história de forma linear e cronológica, como mera descrição de fatos que se sucedem no tempo.

Esses exemplos visam expressar o modo como tais abordagens irão considerar a questão da história.

Se a problematização da concepção de tempo constitui outro modo de conceber a história, cabe tam-

bém nos perguntarmos sobre a concepção de presente e atualidade. Diferentemente do método histórico tradicional, onde presente e passado constituem dimensões sucessivas – e, em certa medida, independentes – a obra foucaultiana funda uma relação de inseparabilidade entre o presente e a história. O anacronismo⁵, que é visto como algo "pecaminoso" nos métodos históricos tradicionais (Oliveira, 2005), passa a ser visto como uma dimensão intrínseca à problematização genealógica, já que só nos interessamos por algo do passado na medida em que no presente ele se torna relevante. Além disso, a dimensão histórica também tem um efeito de rebatimento e intervenção sobre o presente, pois o interroga, coloca-o em questão, buscando evidenciar seus limites e possibilidades de transgressão. Ao invés de ser condenado ou ser visto como algo ingênuo, o anacronismo ganha funcionalidade, servindo como instrumento de intervenção. Porém, não se trata de um 'anacronismo ingênuo' – aquele que consistiria em fazer do passado algo a ser repetido/copiado hoje. Como apontado anteriormente, trata-se de fazer com isso uma outra coisa, totalmente diferente.

A relação de inseparabilidade entre presente e história na obra foucaultiana é apontada por Deleuze:

Há algo essencial de um extremo a outro da obra de Foucault: ele sempre tratou de formações históricas (de curta duração, ou, no final, de longa duração), mas sempre em relação a nós, hoje. ... Vigiar e Punir invoca o século XVIII e o XIX, mas é estritamente inseparável da prisão hoje e do grupo de informação que Foucault e Defert criaram depois de 68. As formações históricas só o interessam porque assinalam de onde nós saímos, o que nos cerca, aquilo com o que estamos em vias de romper para encontrar novas relações que nos expressem. (Deleuze, 1992, p. 131)

Para Foucault, o que caracteriza a modernidade não é uma época ou um período histórico, mas sim uma atitude, uma ética (Foucault, 2000). Castro (2009) considera o conceito foucaultiano de atualidade a partir das noções de presente-repetição e presente-diferença.

Diagnosticar a realidade consiste em estabelecer o que constitui nosso presente, os acontecimentos que repetimos (por exemplo, a separação razão/loucura [D.E.3, 574]). Mas a atualidade não é somente o presente no sentido da repetição. Diagnosticar a atualidade consiste também em marcar as diferenças. Não se trata de compreender o presente a partir do passado (como uma época do mundo) nem do futuro (como anúncio ou promessa), mas em sua diferença, a partir de si mesmo. (Castro, 2009, pp. 107-108)

Desse modo, é diferente pensar o presente e a atualidade. Cardoso (1995) afirma que a atualidade implica uma temporalização do presente a partir do exercício da problematização, permitindo destacar, reconhecer

ou distinguir um certo elemento desse presente. A atualidade caracteriza-se como movimento de disjunção desse presente, de uma não contemporaneidade dele em relação a ele mesmo. A noção de atualidade permite “a coexistência de temporalidades diversas, de descompassos e ritmos temporais diferentes” (Cardoso, 1995, p. 17).

Nesse sentido, diferentemente da perspectiva iluminista e romântica, a perspectiva genealógica compreende que a história só faz sentido na medida em que é interrogada hoje, a partir de algo que se coloca como questão. Além disso, ela não existe “por si”, sendo perspectivada e situada. Ao mesmo tempo, tem uma função de intervenção no presente, no sentido que o interroga ao colocar em análise os processos de repetição e produção de diferença. Em nossa pesquisa sobre as configurações de rede no campo da saúde mental, por exemplo, observamos que há questões, hoje, que incitam este tema como problema para o pensamento (o contexto da reforma psiquiátrica e sanitária, a proposição política de constituição de redes e os problemas enfrentados para sua efetivação, por exemplo) e nos fazem pesquisar diferentes modos pelos quais a questão da rede foi objetivada. Ao nos depararmos com essas diferentes maneiras pelas quais a noção de rede foi objetivada, somos interrogados pelas mesmas, num efeito de rebatimento sobre o presente.

A relação de inseparabilidade história-presente também está colocada para Deleuze. Por um lado, a partir das noções de *Cronos* e *Aion*, onde *Aion* mantém uma dimensão de simultaneidade e multitemporalidade. Por outro, a partir das noções de atual-virtual⁶ (Deleuze, 1998b). Essas noções propiciam um deslocamento do plano das formas para o plano das forças e processos. O atual é o resultado ou produto de um processo de atualização, mas não se dissocia ou dele se separa, sendo antes a sua face exprimível. O processo de atualização ocorre a partir do plano virtual, constituindo um recorte, uma individualidade. O virtual corresponde a um grau de incerteza, indeterminação, uma névoa que recobre toda imagem atual. Esse plano virtual determina uma potência de criação e diferenciação, de mudança. Esses conceitos auxiliam na problematização do presente na medida em que buscam toma-lo enquanto processo de atualização e diferenciação, numa relação de indissociabilidade entre o produto e o processo do qual é co-existente. O atual não corresponde necessariamente ao que acontece “hoje” (por isso não corresponde necessariamente ao presente), mas sim ao que acontece ou aconteceu na história, mas que não se desprende desse processo de atualização, deixando sempre uma margem de indeterminação, nebulosidade. Enquanto a perspectiva histórica tradicional enfatiza a “individualidade constituída”, o “fruto” do processo

de atualização, a perspectiva cartográfica aponta para o campo de virtualidades e a possibilidade de novas configurações do processo de atualização, residindo aí a ênfase colocada por Deleuze.

Esse movimento de indissociabilidade implica, para a pesquisa, a necessidade de re-ligar uma pergunta ou problema de pesquisa às condições que lhe dão origem. Em nossa pesquisa, buscamos compreender como as redes de saúde mental adquirem diferentes configurações a partir do contexto ao qual respondem. As mudanças em relação ao que se considera uma rede não são fruto de meras “melhorias” técnicas, de avanços; mas de mudanças em relação aos próprios problemas à que a rede é convocada a responder, assim como de certo diagrama de forças e disputas. Essa dimensão de virtualização remonta à possibilidade de outros recortes, da criação de outros processos de atualização, aos quais o pesquisador buscará acompanhar.

Considerações finais

A genealogia e a cartografia não podem ser tomadas como métodos cristalizados e modelizantes, nem sequer podem ser entendidas a partir da concepção tradicional de método, não havendo uma prescrição de regras dadas de antemão. Novas conexões e aproximações nos modos de produzir conhecimento são suscitadas diante do desafio do acompanhamento de processos complexos.

Neste artigo, tomamos como exemplo de um processo complexo a análise das configurações de rede no campo da saúde mental, realizada a partir de uma pesquisa documental, tendo por base os relatórios das Conferências Nacionais de Saúde e Saúde Mental. O desafio colocado na pesquisa era o de não resumir a análise a uma descrição cronológica e linear de fatos, capturados em verdades cristalizadas. As abordagens cartográfica e genealógica foram convocadas a operar de forma a constituir novas coordenadas para o exercício de análise. O ponto nodal refere-se à compreensão de que ambas as abordagens não buscam na história ou no presente a efetuação do acontecimento em estados de coisas. Mais do que isso, buscam dar visibilidade às forças, suas virtualidades, possibilidades de criação e riscos de captura. Dessa forma, estabelecem com o presente e a história uma outra relação, diferenciando-se das concepções tradicionais de tempo. Ao invés de uma mera sucessividade cronológica, encontramos relações de simultaneidade e inseparabilidade entre presente e história, implicando em outros modos de interrogar e narrar.

A discussão proposta fornece pistas para a criação de novas possibilidades de produção de conhecimento no campo da Psicologia Social, sendo a intenção deste

artigo não o de fornecer um modelo, mas sim coletivizar a discussão desenvolvida.

Notas

- ¹ Consideramos como "tradicionais" os métodos baseados no paradigma moderno, que tem como sustentáculo a razão, a objetividade e a busca da verdade (Romagnoli, 2009), além da ênfase na especialização e fragmentação dos campos de saber.
- ² Fazendo referência à defesa que Foucault faz por uma vida não fascista (Foucault, 1996).
- ³ Machado e Lavrador (2001, p. 46) caracterizam o desejo de manicômio como um desejo "em nós de dominar, de subjugar, de classificar, de hierarquizar, de oprimir e de controlar", imprimindo modos despóticos, autoritários e carcerários de ser, agir e se relacionar com o outro.
- ⁴ Pelbart (1990), ao discutir a insígnia "sociedade sem manicômios" veiculada no processo de Reforma Psiquiátrica brasileira do final dos anos 1980, problematiza o que significa o fim dos manicômios, apontando a necessidade de problematizar algo mais profundo que as estruturas físicas ou mesmo relacionais, mas também a separação razão-loucura que subjaz às práticas sociais, aprisionando o pensamento a uma 'racionalidade carcerária'.
- ⁵ O anacronismo consiste em inserir ou atribuir a um período histórico algo que não lhe dizia respeito originalmente.
- ⁶ Na obra deleuzeana observamos o par virtual-atual e o par possível-real. No primeiro par a passagem de um estado a outro denomina-se "atualização", que consiste no movimento pelo qual efetua-se um recorte do plano virtual, dando-lhe certo contorno. Esse processo designa criação e diferenciação. Já no segundo par a passagem de um estado a outro é denominado realização. Nesse processo não há criação ou divergência, pois o real corresponde ao que está dado como possível. (Deleuze, 1998b; Dias, 1995)

Referências

Aragão, M. E., Barros, M. B., & Oliveira, S. P. (2005). Falando de metodologia de pesquisa. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ-RJ*, 5(2), 18-28.

Cardoso, I.A.R. (1995). Foucault e a noção de acontecimento. *Tempo Social: Revista de Sociologia USP*, 7(1-2), 53-66.

Castro, E. (2009). Verbete Diagnosticar. In E. Castro. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores* (pp. 107-108). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Coimbra, C. M. B., Lobo, L. F., & Nascimento, M. L. (2008). Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. *Psicologia Clínica*, 20(2), 89-102.

Deleuze, G. (1988). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.

Deleuze, G. (1992). *Conversações, 1972 – 1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Deleuze, G. (1996, junho). Desejo e prazer. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, 15-25.

Deleuze, G. (1998a). *Lógica do sentido* (4ª ed.). São Paulo: Perspectiva.

Deleuze, G. (1998b). *Diálogos*. São Paulo: Ed. Escuta.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Ed 34.

Dias, S. (1995) *Lógica do acontecimento – Deleuze e a Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento.

Fonseca, T. M. G. & Kirst, P. G. (2003). Apresentação. In T. M. G. Fonseca & P. G. Kirst (Orgs.), *Cartografias e Devires: a construção do presente* (pp. 9-14). Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS.

Foucault, M. (1979). Nietzsche, a genealogia e a história. In M. Foucault, *Microfísica do poder* (pp. 15-37). Rio de Janeiro: Ed. Graal.

Foucault, M. (1996). O anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. In P. P. Pelbart & S. Rolnik (Orgs.), *Cadernos de subjetividade* (número especial sobre Gilles Deleuze, pp. 197-200). São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos de Pós-Graduados da PUC/SP.

Foucault, M. (2000). O que são as luzes? In M. Foucault, *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos* (pp. 333-351). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2002). *História da loucura na idade clássica* (6ª ed.). São Paulo: Perspectiva.

Foucault, M. (2003). Poder e saber. In M. Foucault, *Estratégia, poder-saber* (pp. 223-240, Coleção Ditos e Escritos, 4). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2004). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (28ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Foucault, M. (2006). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In M. B. de Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política / Michel Foucault* (2ª ed., pp. 264 - 287). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia e Sociedade*, 19(1), 15-22.

Kastrup, V. (2008). O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In L. R. Castro & V. L. Besset (Orgs.), *Pesquisa-intervenção na infância e juventude* (1ª ed., pp. 465-489). Rio de Janeiro: Nau.

Machado, L. & Lavrador, M.C.C. (2001). Loucura e subjetividade. In L. D. Machado, M. C. C. Lavrador, & M. E. B. Barros (Orgs.), *Texturas da Psicologia – subjetividade e política no contemporâneo* (pp. 45-58). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Machado, R. (1979). Por uma genealogia do poder. In M. Foucault, *Microfísica do Poder* (pp. VII-XXIII). Rio de Janeiro: Ed. Graal.

Oliveira, S.L. (2005). Desafios da escrita da história: considerações sobre o anacronismo. *Pergaminho (UFPB)*, 1(0), 131-144.

Passos, E., Kastrup, V., & Escócia, L. (2009). Apresentação. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escócia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 7-16). Porto Alegre: Sulina.

Pelbart, P. P. (1990). Manicômio mental – a outra face da loucura. In A. Lancetti (Org.), *Saudeloucura Número 2*. São Paulo: Ed. Hucitec.

Revel, J. (2004). O pensamento vertical: uma ética da problematização. In F. Gros (Org.), *Foucault: a coragem da verdade* (pp. 65 - 87). São Paulo: Parábola Editorial.

Romagnoli, R. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 166-173.

Silva, R. A. N. (2005). *A invenção da Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.

Veiga-Neto, A. (2003). *Michel Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.

Veyne, P. (1982). *Como se escreve a história*. Brasília: Ed. Unb.
Zambenedetti, G. (2008). *Configurações de rede na interface saúde mental e saúde pública: uma análise a partir das Conferências Nacionais de Saúde e Saúde Mental*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

Zambenedetti, G. & Silva, R. A. N. (2008). A noção de rede nas reformas sanitária e psiquiátrica no Brasil. *Psicologia em Revista*, 14(1), 131-150.

Recebido em: 15/03/2009

1ª. Revisão em: 17/01/2010

2ª. Revisão em: 10/04/2010

3ª. Revisão em: 22/09/2010

Aceite final em: 12/07/2011

Gustavo Zambenedetti é Psicólogo. Doutorando em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Professor do

Departamento de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). Endereço: Rua Frei Orlando, nº 52, ap. 41. Centro. Irati/PR, Brasil. CEP 84500-000.

Email: gugazam@yahoo.com.br

Rosane Azevedo Neves da Silva é Psicóloga. Doutora em Educação (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 - sala 13. Bairro Santana. Porto Alegre/RS, Brasil. CEP 90035-003.

Email: rosane.neves@ufrgs.br

Como citar:

Zambenedetti, G. & Silva, R. A. N. (2011). Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 454-463.